



Expressões da democratização dos meios de comunicação e da sociedade na experiência da Rádio Comunitária de Quilombo¹

Vinicus SCALCON²

Ilka GOLDSCHMIDT³

Mariangela TORRESCASANA⁴

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, SC

Resumo

A proposta deste estudo é descrever e compreender, numa perspectiva histórica, os principais determinantes do surgimento da rádio comunitária “A Voz do Povo” de Quilombo (SC). Os sujeitos envolvidos no processo de discussão, elaboração e implantação da rádio relatam como ocorreu o envolvimento da comunidade e das entidades no processo. O funcionamento da Rádio foi autorizado em 2007, mas essa história inicia doze anos antes. Diferentes segmentos que representavam a paróquia local, os agricultores familiares, os trabalhadores sem terra, pastoral da terra e outras entidades de trabalhadores se uniram e deflagraram o processo que apresentou diferentes etapas, inclusive a veiculação clandestina a partir das casas de moradores. Um processo marcado pela persistência, coragem e consciência política dos atores.

Palavras-chave: rádio comunitária; comunicação alternativa; mídia cidadã

1. Introdução

A liberdade de pensamento e expressão é um ideal que historicamente mobiliza setores da sociedade no enfrentamento de obstáculos que limitam os processos democráticos. Movimentos dessa ordem também são instituídos no campo da comunicação. É um direito de todo ser humano instigar a luta pela construção de meios de comunicação solidários e democráticos, ou como se costuma dizer, construir experiências de “comunicação alternativa”.

¹ Artigo resultante do projeto de pesquisa apresentado ao Edital N. 036/REITORIA/2011 – Bolsas de Iniciação Científica para Núcleos de Iniciação Científica.

² Acadêmico de Jornalismo da UNOCHAPECÓ; Bolsista do Núcleo de Iniciação Científica em Mídia Cidadã; e-mail: vini_cius@unochapeco.edu.br

³ Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo; Professora do Curso de Comunicação Social da UNOCHAPECÓ; Coordenadora do Núcleo de Iniciação Científica em Mídia Cidadã; e-mail: ilkamg@gmail.com

⁴ Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Santa Maria; Professora do Curso de Comunicação Social da UNOCHAPECÓ; Pesquisadora do Núcleo de Iniciação Científica em Mídia Cidadã; e-mail: mariangela@unochapeco.edu.br



O termo “comunicação alternativa”, para Bordenave, refere-se à “substituição dos meios de comunicação comercial e estatais de massa por meios de comunicação horizontal que permitem o acesso, a participação e até mesmo a auto-gestão pela população organizada” (2001, p.63). Ao buscar uma relação com um conceito mais específico que traduza em parte o que disse Bordenave, encontram-se os movimentos e utopias em torno do radialismo comunitário que, segundo Silva, é fruto e símbolo *das* “velhas e novas lutas pela democratização da comunicação e da sociedade”. (2008,p.18)

A Rádio Comunitária “A Voz do Povo”, de Quilombo (SC), encontra-se inserida nesta luta pela democratização dos meios de comunicação e nasce de um processo de formação popular das lideranças da Paróquia Santa Inês de Quilombo articulado com as diversas outras entidades organizadas e movimentos sociais da região oeste de Santa Catarina.

Resgatando o projeto de longa duração, de onde se origina o Núcleo de Iniciação Pesquisa em Mídia Cidadã (2010) da Unochapecó, entende-se que esse tipo de comunicação, denominada de alternativa, popular, comunitária, participativa, contra-hegemônica, horizontal e mais recentemente de cidadã, está associada às lutas mais amplas de segmentos populacionais organizados, desde o início da década de 70, com a finalidade de contribuir para solucionar problemas que afetam o dia-a-dia das pessoas e de ampliar os direitos de cidadania. Segundo Cicília Peruzzo, principal referência em estudos de mídia cidadão da América Latina:

Um meio de comunicação não serve somente para difundir conteúdos, mobilizar e conscientizar. A participação ativa do cidadão na feitura da comunicação, ou seja, na criação, sistematização e difusão de conteúdos e nos demais mecanismos inerentes ao processo comunicativo também é educativo porque possibilita que a pessoa se sinta sujeito, e, como tal, se desenvolva intelectualmente, aprenda a compreender melhor o mundo e seja capaz de interferir no seu entorno e na sociedade como um todo, visando assegurar o respeito aos direitos humanos.(PERUZZO, 2009)

O estudo do contexto histórico e das motivações que impulsionaram a luta pela Rádio Comunitária de Quilombo se insere nos objetivos específicos da pesquisa de longa duração proposta pelo Núcleo de Mídia Cidadã, que pretende entender a “Mídia e Cidadania: complexidade, impasses e desafios” a partir da análise e relato de experiências regionais. Essa pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos e de entrevistas com os sujeitos envolvidos no processo de discussão, elaboração e



implantação da rádio “A Voz do Povo” no município de Quilombo (SC). Eles relatam como ocorreu o envolvimento da comunidade e das entidades no processo.

2. Rádios Comunitárias na América Latina e no Brasil

Entre os anos 1950 e 1960, os veículos de comunicação social serviam, na sua maioria, para a manutenção da ordem social conversadora. Porém, naquela época, começavam a surgir meios de comunicação com práticas e objetivos diferentes. Nos anos 70, de um lado os meios de comunicação de massa atingiram seu auge e de outro, as organizações e movimentos sociais populares começavam a pensar o processo de comunicação forjando uma nova forma de comunicar, o que na visão de Silva (2008) prioriza a educação para a cidadania.

Uma das primeiras experiências que marcaram o processo de comunicação alternativa na América Latina aconteceu no ano de 1947 na Colômbia, com o surgimento da Rádio *Sutatenza*, uma das primeiras rádios livres a contribuir com o desenvolvimento agrícola. Segundo a pesquisadora Maria Inês do Amarante (2010) a rádio tinha o intuito de alfabetizar os camponeses e acabou servindo de inspiração para as demais rádios livres instaladas na Bolívia, México e Peru. Outras experiências importantes aconteceram na Bolívia nos anos 50, protagonizadas pelos mineiros, também com o objetivo de alfabetizar e problematizar questões referentes ao seu cotidiano.

No Brasil, as primeiras experiências de comunicação nesse sentido foram associadas ao Movimento de Educação de Base⁵ (MEB) no ano de 1955, que baseada na experiência Colombiana, tinha por objetivo alfabetizar e conscientizar a população do norte e nordeste Brasileiros. Assim, o rádio, como veículo de informação, tornou-se um meio importante para discutir os problemas de sua realidade, uma vez que enfrentavam grandes dificuldades de acessar a informação e a escola. (Silva, 2008).

O resgate histórico descrito por Silva (2008) mostra que a América Latina se constituiu como pioneira no rompimento com a comunicação tradicional. O principal marco desse processo foi a importante obra de Paulo Freire - *Pedagogia do Oprimido* - que ganhou destaque mundial, problematizando que a educação tradicional deveria ser substituída por uma educação que levasse em consideração a cultura e a realidade

⁵ Criado pela Igreja Católica, com apoio do Governo Federal, propunha-se a desenvolver programa de alfabetização e educação de base, por meio de escolas radiofônicas, a partir de emissoras católicas. Após dois anos de atuação reformulou radicalmente seus objetivos e seus métodos de ação, aliando-se a outros movimentos de cultura popular do período. Fonte: <http://www.forumeja.org.br/meb>



concreta dos educandos. Esse modo de educação Freiriano pressupõe o diálogo, e com isso um novo jeito de comunicar a informação, uma vez que ao receber a informação a pessoa precisa pensar sobre ela e construir a sua própria. Assim como a educação, a comunicação precisa romper com a concepção de que o receptor da informação é passivo, deve formar as pessoas para que de fato exercitem sua cidadania.

Perruzo (1998) afirma que, nas condições do Brasil e de outros países latino-americanos, onde os povos não têm tradições participativas nos processos decisórios, aliado a questão da reprodução de valores autoritários, carência de conscientização política e outros fatores, a participação em níveis mais avançados é de difícil concretização. Aos brasileiros, desde a época colonial, foi dificultada ou até usurpada a possibilidade de avançar na prática participativa.

No Brasil, o movimento pela “Comunicação Alternativa” por meio das Rádios Comunitárias seguiu na informalidade, “perseguido” pelos órgãos ligados às rádios comerciais e por órgãos do próprio Governo brasileiro até 1998. Desse ano em diante, aprovou-se a Lei de Serviço de Radiodifusão Comunitária, nº 9.612/98, que define em seu Art.1º que: “Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.”

A Lei determina que o Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade oportunizar: a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

De acordo com a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), atualmente o número de rádios no ar sem outorga, comunitárias ou não, chega a 12 mil. Segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), não há informação exata sobre o número de rádios operando sem autorização, mas a estimativa é que existam 10 mil emissoras nessa situação. O número total de rádios legais no País é de 9,1 mil. Destas, 3,9 mil são rádios comunitárias.

3. Quilombo – a Voz do Povo



Em dezembro de 2007, a Associação Cultural Rádio Comunitária FM de Quilombo recebeu outorga do Ministério das Comunicações para prestar o serviço de radiodifusão para a comunidade quilombense. Estava autorizado o funcionamento da Rádio Comunitária “A Voz do Povo”, mas essa história começou bem antes, no século passado, nos idos da primeira metade dos anos 1990.

Para contar essa história e compreender o processo de criação e de implantação da rádio comunitária no município de Quilombo, que fica a aproximadamente 600 quilômetros de distância da capital do estado, Florianópolis, foram ouvidas as principais lideranças que participaram do movimento, como Alzira Canan, liderança na Paróquia Santa Inês de Quilombo; Carmen Canton, na época liderança no Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Quilombo e atual presidente da Rádio; Domingos Luiz Costa Curta, então padre da paróquia de Quilombo; Francisco Klein, agricultor familiar; Pedro Rocha, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Zelito Cordazzo na época liderança do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar atualmente integra a rede de produtores agroecológicos; Valter Garbim na época coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na paróquia Santa Ines.

O processo todo teve início com a constatação, por parte desses representantes de segmentos da comunidade, de que não havia “espaço” para as notícias da cidade.

Iniciou principalmente vendo a importância dos meios de comunicação porque aqui naquela época não tinha rádio e a gente pensava assim que muito daqui ia pras rádios de outros municípios, rádios oficiais, Coronel Freitas, nesse sentido, pensamos em ter uma rádio comunitária nossa. (Pedro Rocha em entrevista ao pesquisador em 22/03/2012)

Carmen Canton, que representava os agricultores familiares lembra: “Além de não termos rádio, queríamos construir um espaço onde as comunidades, associações, as organizações pudessem expressar a sua forma de organização e sua forma de pensar”. Alzira Canan, liderança na Paróquia Santa Inês, conta que a Rádio Comunitária foi o resultado de encontros de formação na paróquia, grupos de reflexão, catequese, ministros, militantes a partir de uma ideia do Padre Domingos que participou de um encontro em São Paulo e trouxe a proposta. Reunindo-se com as entidades da paróquia formou uma equipe que deu início aos trabalhos.



As rádios comerciais não cobriam aquilo que a gente sonhava, aquilo que a gente queria em relação à sociedade, à comunidade mesmo. Então, teve um curso de formação popular, a partir daí começou a se pensar em uma rádio comunitária. Sabia que São Paulo tinha e existiam outras experiências também. Em agosto de 95 esse grupo formado aqui em Quilombo fez uma viagem pra lá e foi conhecer entre outras experiências a rádio comunitária. A partir dali começaram a se encontrar várias entidades, vários movimentos representando a população do interior e da cidade, e a igreja. Assim foi se construindo essa proposta pra colocar uma rádio comunitária em Quilombo. (Francisco Klein em entrevista ao pesquisador em 26/03/2012)

Cecília Perruzo, em seu livro *Rádio Comunitária, Educomunicação e desenvolvimento* (2007) afirma que a rádio comunitária é pouco custosa, fácil de manejar e tem vantagem de alcançar a todos os membros da comunidade em sua própria língua. O que se percebe na história da Rádio Comunitária de Quilombo, é uma ligação muito forte com uma entidade religiosa, no caso a igreja católica e com movimentos sociais e organizações de esquerda, e esta comunicação de forma simples faz com que os simpatizantes entendam os anseios de toda comunidades conforme arquivos e falas de lideranças:

Achamos importante ter uma rádio comunitária porque o nosso pessoal estava no movimento pela reforma agrária para terra e era importante ter uma reforma agrária no ar porque as rádios oficiais que tinha na época só anunciavam para o grande capital e pensamos numa rádio comunitária que ia anunciar e denunciar as coisas do povo, porque pra falar nas rádios oficiais seria muito caro também e ainda cortavam e não deixavam falar o que queríamos. (Valter Garbim em entrevista ao pesquisador em 23/03/2012).

Esse relato faz lembrar a tese defendida pelos ativistas e estudiosos da comunicação comunitária e cidadã, entre eles a pesquisadora Raquel Paiva (1998) de que as emissoras comunitárias constituem-se para defender os interesses de camadas menos representativas da sociedade e, especialmente, para fugir do monopólio dos grandes conglomerados da comunicação.

Voltando ao processo de mobilização da comunidade, a atual presidente da Rádio, Carmen Canton, lembra da importante participação de outro padre que na época trabalhava na paróquia de Quilombo: o padre Nelson Nicolau.

Ele tinha uma linha mais de organização popular, tinha um sonho de libertação, era padre humilde com caráter indiscutível, trouxe a ideia e começou chamar as entidades organizadas, Carmen lembra que estava no sindicato, e padre Nelson convidou o sindicato várias vezes, a Cressol, o Movimento Sem Terra, Movimento de Mulheres, enfim, todas as associações



e começou a discutir e as pessoas que iam doando uma coisa iam buscando outro e até que foi colocada ao ar. (Carmen Canton em entrevista ao pesquisador em 22/03/2012).

Padre Domingos Costa Curta se lembra dos momentos desta história:

Estive no princípio das discussões sobre a rádio, tudo começou na minha participação, de modo especial, junto com vários companheiros e companheiras do oeste, da Diocese de Chapecó, no curso de verão em São Paulo. Lá tive a oportunidade de participar de uma das oficinas, dentre várias de jornal popular, de rádio comunitária, teatro, música. Uma delas era rádio comunitária e aí despertou esse interesse e a importância da rádio comunitária pra organização social e também para a evangelização e foi nesse intuito que eu trouxe essa discussão, e começou a tomar corpo essa discussão, da importância de uma rádio comunitária em quilombo visto que não se tinha. Começamos a provocar com a igreja local, com as entidades, movimentos sociais essa discussão e vimos a importância, e de fato foi ganhando corpo essa discussão, e formamos então uma associação, essa associação que ficou então responsável em criar estatuto e fomos dando passos nesse sentido. (Padre Domingos Costa Curta em entrevista ao pesquisador em 31/03/2012).

Para viabilizar a efetivação e implementação da Rádio Comunitária as diversas entidades envolvidas nessa discussão em Quilombo criaram, na metade dos anos de 1990, a Associação de Entidades Rádio do Povo – ADERP. Ao mesmo tempo em que encaminhavam os documentos e aguardavam a outorga do Ministério das Comunicações, ainda antes de ser aprovada a legislação específica das Rádios Comunitárias, entidades e lideranças decidem que a rádio deveria ir ao ar. No ano de 1996, no mês de abril, a Rádio foi ao ar sendo identificada como a Rádio do Povo FM “A Voz que chega até você”, na frequência 98.5, com estúdio organizado na sacristia da igreja, com falas de lideranças representando as diversas entidades e movimentos sociais .

No município de Quilombo as disputas ideológicas e políticas influenciam diversos aspectos da vida social, e na discussão da Rádio Comunitária não era diferente, tanto que foram protocolados no Ministério das Comunicações dois pedidos para rádio comunitária e um para rádio comercial. Um pedido foi da Rádio “A Voz do Povo” e outro na época foi enviado pelo então Secretário da Saúde Silvano de Paris, que na época também colocou a “sua Rádio Comunitária” no ar, no alto morro do bairro Santa Inês.



Diante da decisão de colocar a rádio “A Voz do Povo” no ar sem outorga do Ministério das Comunicações a oposição denunciou à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) conforme relato a seguir:

A rádio então ganhou vida em abril de 96 quando foi pro ar. Primeira rádio comunitária do oeste de Santa Catarina, foi a experiência rádio do povo na época, foi pro ar então essa experiência, infelizmente ela não durou muito tempo, porque os inimigos do povo, eu digo inimigos do povo porque são famílias, pessoas de Quilombo, que fizeram a denúncia para a polícia federal e a polícia federal chegou e lacrou a rádio comunitária, vieram com um aparato muito grande, parecia um cenário de guerra que vieram pra cá. (Padre Domingos Costa Curta em entrevista ao pesquisador em 31/03/2012).

Pedro Rocha não esquece esse episódio:

Lembro quando veio a polícia federal e que ‘toquemo’ de correr. Como estava instalado na igreja matriz aqui de Quilombo, as funcionárias, secretária, foram pressionadas pelos caras, vieram pesquisando com aparelhos, vieram, vieram... A polícia federal, por denúncia daqui, chegou de manhã e pelas três horas da tarde chegou na rádio. Eles pressionaram as meninas que estavam na secretaria e entregaram um papel que tinha o nome das seis entidades que faziam parte da rádio, inclusive tivemos que depor na polícia federal em Dionísio Cerqueira. Fomos processados dois anos, dois anos com a fichinha amarela de vez em quando comparecia no Fórum dessa comarca infelizmente, ficha amarela que devo ter guardado até hoje porque temos que guardar essas coisas. Fomos para Dionísio. Queriam levar tudo, lacram e queriam levar tudo. Começamos às três horas e terminamos à meia noite. Conseguimos deixar depositado na casa de uma família de confiança aqui de Quilombo. Subimos no Walter tirar o transmissor, salvar, escondemos no mato. Arranquei tudo, tava correndo. O Walter e a companheira Delma estavam na roça e se assustaram, e a policia veio com um mandado de prisão do Padre Domingos Costa Curta, queriam leva ele e nós não deixamos, ficamos ali buscando documento e foi chegando gente, cada vez mais para garantir. (Pedro Rocha em entrevista ao pesquisador em 22/03/2012).

Segundo Carmen Canton, além do poder político e econômico que se manifestou, porque era uma iniciativa popular, havia as rádios convencionais que fizeram grandes campanhas colocando para a sociedade, para a população que a rádio era pirata, era ilegal, que iam prender as pessoas, e ela já iniciou com um monte de contradições. Os meios de comunicação alternativos contribuem para a construção da autonomia e da liberdade das pessoas por isso, em muito momentos, são alvos de ataques, como destaca padre Domingos Costa Curta: “Quando começou a ser a experiência comunitária, o povo e as organização começaram a se tornar sujeitos



evidentemente que os inimigos não gostaram disso”. Ao ser questionado do porque que não gostaram, comenta:

Porque era um espaço de criar consciência, criar cidadania e liberdade para as pessoas se manifestarem, se expressar, também dizer os seus anseios, e nesse sentido perceberam como uma ameaça, que foi uma pena. Ressalto novamente, o envolvimento foi de inúmeras pessoas, não dá pra citar nomes porque foram muitas pessoas. (Padre Domingos Costa Curta em entrevista ao pesquisador em 31/03/2012).

Conforme informações da diretoria executiva da associação, a partir da intervenção da polícia federal a comunidade e as entidades passaram a se envolver no processo de forma mais direta. Analisando os arquivos e documentos da rádio comunitária encontram-se muitos abaixo-assinados, moções de apoio. No dia 14 de junho de 1996, as entidades organizaram uma mobilização de repúdio pela censura e fechamento da Rádio Comunitária, lançando a campanha “*Em defesa da cidadania do povo e pela democratização do livre direito de comunicação*”. Fundamentada no artigo 5º inciso IX da Constituição Federal que diz: “*é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*”.

Uma vez fizemos uma mobilização, foi queimado um caixão em frente à prefeitura. O poder público, o poder político, o poder econômico junto com as rádios oficiais queriam enterrar e matar o sonho da sociedade civil organizada. A partir disso ganhamos mais força pra ir em busca, buscar se organizar, ir para outros estados e municípios, buscar outras rádios para formar uma corrente de rádios, pra não ser só a rádio aqui de Quilombo. (Carmem Canton em entrevista ao pesquisador em 22/03/2012).

Neste sentido houve vários encontros de formação, de estudo, de intercâmbio. Um grupo formado por lideranças de diversas entidades e movimentos sociais organizou uma viagem para São Paulo para conhecer a experiência das rádios comunitárias nas favelas. Algumas pessoas de outros estados também estiveram em Quilombo para conhecer a forma de organização das entidades e para assessorar encontros de formação.

A preocupação maior era a formação, e nessa discussão toda surgiu a proposta de fazer um curso popular, que durou praticamente, se não me falha a memória, um ano e meio, todo final de mês a gente se reunia na sexta, sábado e domingo com palestrantes diferentes, de diferentes lugares do país, e ai a gente conseguiu ter uma formação bem ampla, do que vinha acontecendo, as análises de conjuntura que a gente tinha que entender para poder trabalhar. E com isso cada vez vinha clareando na mente do povo a



importância de avançar no processo não só na reforma agrária da terra, mas na reforma agrária pelo ar também. (Zelito Cordazzo em entrevista ao pesquisador em 26/03/2012)

No decorrer dos dias a ansiedade, a vontade da comunidade em ter sua própria rádio foi encorajando as lideranças a mais uma vez enfrentar os “poderosos”.

A Rádio Comunitária de Quilombo foi colocada no ar de forma clandestina. A rádio funcionava de dentro das residências de lideranças, um mês em uma casa, outro mês em outra casa. Havia até um código. O dizer “Jesus está entre nós” era um código entre as lideranças envolvidas para dizer que a rádio comunitária estava no ar. (Alzira Canan em entrevista ao pesquisador em 24/03/2012).

Em 1997 foi encerrado o funcionamento da Associação de Entidades Rádio do Povo – ADERP e em abril de 1998, aconteceu a assembléia geral de fundação da Associação Cultural Rádio Comunitária FM de Quilombo. A assembléia contou com um grande número de Associações, Movimentos Sociais, Igrejas, Sindicatos e de grupos coletivos, pessoas físicas e lideranças políticas. As entidades que participaram nesse momento foram⁶: Paróquia Santa Inês, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Cooperativa de Crédito Rural, Associação Municipal de Pequenos Agricultores (AMPAC), Associação Fornazier e Brancher, Associação de Pequenos Agricultores São Pedro de Linha Salto Saudades, Associação dos Pequenos Agricultores Buscando Saídas da Linha Fátima, Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento dos Sem Terra. Depois desse ato foi realizada uma campanha para envolver outras entidades, com destaque para clubes esportivos, grupo de tradição gaúcha e diversos grupos coletivos e familiares que estavam em processo de constituição na época.

Em assembléia geral do mês de março de 1999 aprovou-se o nome da Rádio Comunitária: “A Voz do Povo”. A partir deste momento começaram a ser enviados novamente documentos para o Ministério das Comunicações, para se ter a outorga de funcionamento. Porém, com o passar do tempo e sem respostas do Ministério, em julho de 2003, se decidiu por mais uma tentativa de colocar a Rádio Comunitária em funcionamento. Mas, com novas denúncias mais uma vez a Rádio Comunitária é fechada e as lideranças que conduziam a associação sofreram represálias e foram processadas. Algum tempo depois, este fato se repete e as lideranças são intimadas a

⁶ Essas entidades são citadas a partir de consulta ao livro de atas da fundação da associação.



depor e processadas novamente. No entanto, a comunidade se mobilizou com novos abaixo-assinados, moções e declarações de apoio de pessoas físicas, pessoas jurídicas e do comércio da cidade.

Naquela época, a Diocese de Chapecó teve um importante papel na mobilização e fortalecimento dos movimentos sociais, entidades e pastorais na região oeste. A atuação do bispo Dom José Gomes, que ficou conhecido como o Profeta da Esperança, o Pastor dos Oprimidos, foi muito importante como lembra Carmen Canton. Ela conta que Dom José contribuiu com a Rádio Comunitária colocando à disposição um advogado para defender a diretoria da associação nos processos judiciais ajuizados contra as lideranças.

Eu não acredito que só foi uma vez que a polícia esteve aí, foram enviados muitos documentos para Brasília, muitas moções de apoio feitas pelas lideranças, pelas famílias e pessoas físicas. A sociedade se reunia, se mobilizava para proteger, levando os equipamentos embora. O que a gente podia segurar e colocar no mato para salvar a gente salvava, mas logo depois a gente botava no ar de novo, fazia uma “vaquinha” arrecadava um real aqui dois lá e botava no ar, foi uma luta que não desanimamos, se tivéssemos desanimado nós não tínhamos a rádio até hoje. (Carmem Canton em entrevista ao pesquisador 22/03/2012)

4. Princípios e funcionamento

No que se refere à programação, a lei que regula o serviço de radiodifusão comunitária determina que ela precisa ter caráter democrático, educativo e cultural. Na concepção das lideranças entrevistadas, que participaram das primeiras diretorias da rádio, na sua história a Rádio Comunitária de Quilombo observou esses princípios. Para Zelito Cordazzo o grupo sempre levou em conta que uma rádio tem que estar a serviço da cidadania. Ele conta que a programação foi pensada juntamente com as entidades, igrejas, sindicatos, bairros. Todos participavam do debate para fazer a programação. “Estava sendo construída não por interesse pessoal, mas pelo o que o povo pedia”, lembra. Segundo Cordazzo a rádio comunitária vem para contrapor esse processo que beneficia os grandes manipulando a população, por isso busca o espírito coletivo, junto com as entidades, com as diferenças, e todos tem o direito de se expressar. “A rádio comunitária veio pra esse fim”, conclui.

A formação do ser humano precisa ser constante, como diz Pedro Rocha “para ter uma programação com caráter comunitário, é importante ter clareza e firmeza e aí a gente não vacila e não é assim que com um grito assustam a gente. Vamos criando laços



de fortalecimento para garantir uma coisa que é nossa.” Comenta ainda sobre a participação popular:

Historicamente quem garantiu a rádio foi a população, as pessoas vinham de longe a pé e se colocavam a disposição, diziam conte comigo pra ficar de hoje pra amanhã, pra garantir. Com certeza, foram muitas pessoas que contribuíram e ajudaram a garantir este espaço que ao mesmo tempo é de formação, entretenimento e um lugar para o povo de Quilombo “soltar a voz”.

Documentos revelam que mesmo sem outorga a rádio comunitária de Quilombo, dispunha de comunicadores voluntários, formados especialmente por jovens da Pastoral da Juventude e de outros movimentos sociais. Conforme Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, da acadêmica Daiane Tressoldi, que teve como tema “Rádios Comunitárias e Juventude: elos na construção da cidadania”, o quadro de comunicadores das rádios comunitárias da região Oeste de Santa Catarina, inclusive a de Quilombo, é composto em sua maioria por jovens, que tem nas rádios comunitárias sua primeira experiência em comunicação. Para se ter uma ideia, hoje 70% do quadro de comunicadores das rádios comunitárias do oeste de Santa Catarina é de jovens com idade entre 15 e 29 anos.

A ajuda, na época, era tudo voluntário. Era feita uma escala da juventude e alguém sempre de olho, porque se dormia tinha que dormir com um olho fechado e outro aberto. Os jovens pesquisavam e tinham que ficar ligados. Teve muita formação que a paróquia e os movimentos puxavam. (Pedro Rocha)

Finalmente, depois de 12 anos, em dezembro de 2007 a Associação Cultural Rádio Comunitária FM de Quilombo recebeu outorga do Ministério das Comunicações. O endereço da instalação da Rádio Comunitária foi o Morro do Sol. Foi realizada uma campanha para a construção do estúdio, contando com doações de materiais de construção e dias de serviço. Ao mesmo tempo em que se trabalhava na construção da estrutura física, era montada a equipe de pessoas que seriam comunicadores e comunicadores, com disponibilidade para o trabalho voluntário.

No dia 01 de maio de 2008 – Dia do Trabalhador, a comunidade se reuniu para a festa de inauguração da Rádio Comunitária 104.9 “A Voz do Povo” de Quilombo. A comunidade quilombense passa a sugerir a programação da rádio e envolver-se no cotidiano da programação. Com o passar dos dias a programação foi ganhando corpo e a



cultura local passou a ser mais valorizada, especialmente, através dos programas da cultura italiana, alemã, cabocla, gaúcha e o programa dedicado às crianças.

Desde a inauguração é realizada, todos os anos, a festa de comemoração do aniversário da rádio, juntamente com o dia do trabalhador. Em 2010 teve início um novo processo e campanha de ampliação dos estúdios e aquisição de novos equipamentos para o melhoramento da qualidade de transmissão da emissora. Atualmente, a Associação Cultural Rádio Comunitária FM de Quilombo – ACRC FM 104.9 conta com mais de cem associados como pessoa física e varias entidades do município. A diretoria é composta por 14 pessoas, o conselho comunitário conta com representação de seis entidades e o conselho fiscal reúne-se periodicamente para avaliar o movimento financeiro da entidade.

A Rádio “A Voz do Povo” é mantida financeiramente por apoios culturais feitos pelos estabelecimentos comerciais, comunidades e entidades estabelecidas no município como forma de patrocínio à programação e em contrapartida a rádio disponibiliza um tempo em sua programação para a divulgação destes estabelecimentos e eventos das comunidades.

O grupo de comunicadores é composto por sete pessoas com programas de segunda a sexta-feira, recebendo uma “ajuda de custo” para realização do trabalho. Além desses sete outros seis comunicadores contribuem com os programas de forma voluntária nos finais de semana. Um grupo de aproximadamente 35 crianças participa de cursos de formação de comunicadores disponibilizados pela rádio comunitária. A partir do curso elas apresentam o programa “Criança Talento” nos domingos pela manhã.

Todos os dias, às 11h, vai ao ar o programa “Papo Cabeça”, com entrevistas sobre os mais diversos temas relacionados à comunidade quilombense. O jornalismo é distribuído na programação diária em forma de notícias e entrevistas, sendo que no programa “Almoçando com a Rádio Comunitária” vai ao ar o Jornalismo Geral da 104.9, com notícias municipais, estaduais, nacionais e internacionais, fazendo um apanhado geral das notícias diárias.

5. Considerações finais

A democratização dos meios de comunicação está diretamente relacionada com a democratização da sociedade. Diante disso justifica-se o estudo do contexto histórico



e das motivações que impulsionaram o processo de implantação pela Rádio Comunitária de Quilombo, tendo em vista que esse movimento se insere neste processo de democratização.

A reflexão e o debate em torno das rádios comunitárias precisam ser constantes, já que se insere no movimento de transformação da sociedade. Nesse resgate histórico sobre a rádio comunitária de Quilombo foi possível perceber a dificuldade de se conseguir a liberação para prestar o serviço de radiodifusão comunitária e também o empenho que é necessário para se manter no ar e garantir a efetivação dos seus princípios.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante que homens e mulheres têm o direito de participar livremente da vida de sua comunidade. Para Peruzzo, (1998) uma das formas de exercer esse direito e esse dever é por meio da comunicação social. No entanto, no Brasil, assim como em outros países, esse exercício ainda é dificultado pelo Estado e pelos setores dominantes da sociedade.

As lideranças da Rádio Comunitária de Quilombo, entrevistadas nessa pesquisa, reconhecem que o processo de implantação da rádio foi muito complexo, difícil. O que é possível constatar ao analisar os relatos. Há dois fatores importantes que marcam essa história: o papel da Igreja Católica através das pastorais da terra, da juventude e das lideranças da Paróquia Santa Inês. Havia uma “terra fértil”, as comunidades estavam insatisfeitas com os meios de comunicação da região (oeste de Santa Catarina) e principalmente com a inexistência de um veículo local, já que dependiam dos espaços raramente disponibilizados na rádio da cidade vizinha. Além disso, as lideranças percebiam e mostravam indignação com a censura e/ou desprezo em relação às pautas dos movimentos sociais ou de interesse dos agricultores familiares.

Outro fator decisivo foi a determinação, persistência e coragem das pessoas diretamente envolvidas no processo. Foram 12 anos de discussões, planejamento, capacitações, tentativas de funcionamento da rádio. Durante esse período essas pessoas foram alvo de ameaças, de pressão política e de punições legais. Mesmo assim, elas não desistiram, pelo contrário, disponibilizaram suas casas para que a rádio funcionasse e ainda criaram um código “Jesus está entre nós” para anunciar aos mais próximos que a rádio estava no ar. Uma verdadeira operação de “guerrilha” pela liberdade de comunicação.

A Rádio “A Voz do Povo” de Quilombo está oficialmente no ar há cinco anos. Depois de buscar e registrar o processo de implantação da rádio surge a necessidade de



identificar os espaços e as atividades potencializadas pela Rádio Comunitária de Quilombo, na formação de seus trabalhadores e na comunidade. É importante também verificar se a programação cumpre com o papel educativo, informativo, cultural e democrático, ou seja, se ela cumpre na sua programação com o que está determinado em lei. Questões que suscitam novos estudos e pesquisas sobre este objeto.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, Maria Inês. **Rádios Comunitárias e transformação social na América Latina**, in: Extraprensa, Edição Especial Vol. 1, No 1E(4). USP, dezembro de 2010.

BORDENAVE, Juan E. **Além dos meios e mensagens: introdução a comunicação como processo, tecnologia, sistema, e ciência**. 9. ed. Petropolis: Vozes, 2001.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PERUZZO, Cecilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Rio Janeiro: Vozes. 1998.

SILVA, Terezinha. **Gestão e mediações nas Rádios Comunitárias: um panorama do estado de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2008.

TRESSOLDI, Daiane. **Rádios Comunitárias e Juventude: Elos na construção da cidadania**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social, Unochapeco. 2011.

_____. **Rádio Comunitária, Educomunicação e desenvolvimento**. In: Raquel Paiva (org) O retorno da comunidade: Os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.